



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1175/12	DATA: 21/08/2012
INÍCIO: 14h44min	TÉRMINO: 16h29min	DURAÇÃO: 01h45min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h45min	PÁGINAS: 33	QUARTOS: 21

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MÁRIO JOSÉ GISI - Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 4ª Câmara (Meio Ambiente) do Ministério Público Federal.  
JULIANA SARKIS COSTA – Analista de Engenharia Agrônoma da 4ª Câmara (Meio Ambiente) do Ministério Público Federal.  
ADENIR JONATAN WEISHEIMER - Presidente da Associação dos Produtores da Chapada das Mangabeiras — APROCHAMA.  
MARCUS VINÍCIUS FURTADO COELHO - Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB.  
DIVINO ALANO BARREIRA SERAINE - Prefeito Municipal de Barreiras do Piauí-PI.  
ULISSES OLÍMPIO DE CASTRO PARANAGUÁ E LAGO - Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural de Corrente-PI.  
ROBERTO RICARDO VIZENTIN - Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — ICMBio.

SUMÁRIO: Discussão sobre o Projeto de lei n.º 2.618/2011, que “*altera os limites do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba nos Estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins*”.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paes Landim) - Boa tarde, senhoras e senhores.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública, destinada a debater o Projeto de Lei nº 2.618, de 2011, do Deputado Nelson Marquezelli, que “*altera os limites do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins*”.

O requerimento para a realização desta audiência pública é de minha autoria. O Deputado Sarney Filho, Presidente da Comissão, telefonou-me agora e disse que está com problema pessoal, mas vai tentar chegar aqui a tempo. S.Exa. pediu-me que desse início à reunião.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e gravado pela *TV Câmara* para ser exibido, posteriormente, na programação da emissora.

Temos hoje seis palestrantes. Incluímos, em caráter extraordinário, o eminente Dr. Marcus Vinicius Furtado Coelho, Secretário-Geral do Conselho Federal da OAB, que declarou interesse pela manifestação dos advogados, até porque ele participou também da defesa da criação do Parque.

Tendo em vista serem seis palestrantes nesta audiência pública, convidarei para compor esta Mesa inicialmente três expositores. Os demais ficarão na primeira bancada deste plenário e comporão esta Mesa ao término das primeiras exposições.

Convido os seguintes expositores para compor a Mesa: Dr. Mário José Gisi, Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 4ª Câmara (Meio Ambiente) do Ministério Público Federal; Dr. Marcus Vinicius Furtado Coelho, Secretário-Geral do Conselho Federal da OAB, e Sr. Adenir Jonatan Weisheimer, Presidente da APROCHAMA — Associação dos Produtores da Chapada das Mangabeiras.

Cada convidado terá o prazo de até 15 minutos para fazer a exposição, visto que, após as palestras dos seis primeiros expositores, nós passaremos aos debates. Eu peço a cada convidado, com a devida vênia, que observe o tempo proposto, até porque a Câmara tem outras atividades depois. Há votação no plenário a partir das 16 horas, 17 horas, e teremos que encerrar as exposições se a Câmara nos convocar para a sessão deliberativa.



Concedo, inicialmente, a palavra ao Dr. Mário José Gisi, Subprocurador-Geral da República.

**O SR. MÁRIO JOSÉ GISI** - Boa tarde a todos.

Deputado Paes Landim, é uma honra, uma satisfação, sempre vir a esta Casa para conversar a respeito desses temas que, enfim, entram na pauta. Neste caso, o Ministério Público foi convidado para fazer uma apreciação desse projeto de lei que está nesta Casa. Para fazer essa análise, nós convidamos a nossa equipe técnica da 4ª Câmara, que hoje está aqui representada pela Dra. Juliana Sarkis Costa, a quem convido para fazer a exposição técnica a respeito do contexto em que se dá essa proposta. Posteriormente, eu farei algumas considerações.

**A SRA. JULIANA SARKIS COSTA** - Boa tarde, Sr. Presidente, demais autoridades, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes. Meu nome é Juliana, sou agrônoma, perita da 4ª Câmara. O Carlos Alberto, que é um colega biólogo, e eu fizemos uma análise dessa proposta e elaboramos o Parecer Técnico nº 126. É com base nesse parecer que eu vou fazer esta apresentação.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

O objetivo deste parecer é focar os aspectos ambientais relevantes. O que nós utilizamos para fazê-lo? Fizemos uma ampla pesquisa na Internet. Não tivemos muitos dias para fazer essa pesquisa. Com base nessa pesquisa, o que conseguimos perceber? Que há uma carência muito grande de dados.

Primeiro, o Parque não tem um plano de manejo. Como os senhores devem saber, o plano de manejo é um estudo que traz as características ambientais, as características físicas, bióticas, traz uma descrição completa do Parque. A ausência de um plano de manejo nos impediu de fazer uma análise mais profunda.

Trabalhamos com as justificativas que estão no projeto de lei, utilizamos informações concedidas pelo ICMBio, com base no relatório de vistoria, utilizamos também a malha hidrográfica do IBGE para traçar os limites do Parque e informações deste Relatório Parametrizado do Ministério do Meio Ambiente, de 10 de agosto de 2012. Então, as informações deste parecer estão baseadas, sobretudo, nesses documentos.

Vou falar rapidamente sobre as características gerais do Parque, porque imagino que o ICMBio deva fazer isso.



O Parque foi criado em 2002, com área de 729.803 hectares. É a maior unidade de conservação de proteção integral do bioma Cerrado. Visa assegurar a preservação dos recursos naturais e da diversidade biológica, em especial as cabeceiras do Rio Parnaíba. E abrange terras do Piauí, da Bahia e do Tocantins.

Essa é uma visão geral, uma imagem do Google Earth. Com essa imagem, conseguimos ter uma visão 3D, em três dimensões, uma visão geral do Parque, dos limites hoje estabelecidos.

Aqui é a região da Chapada das Mangabeiras, com terrenos de platô, o rebordo da Chapada, uma área de sopé e a depressão do terreno, como os senhores podem ver, com inúmeras nascentes.

Então, é um parque com uma vegetação complexa, muito diversificada, uma fauna local muito variada e a situação fundiária ainda não regularizada.

A proposta do projeto de lei reduz a área em 11.163 hectares. Passaria para 718.650 hectares. Aqui, em vermelho, é o Parque atual, os limites definidos originalmente. A proposta do projeto de lei é o que está em verde. Nós traçamos esses limites aqui, em verde, a partir dos pontos que constam no memorial descritivo. Tentamos conseguir esses limites já plotados, mas não foi possível. Então, nós mesmos plotamos, com base nesses pontos. A maioria desses pontos se ligam por rios. Outros seguem cotas altimétricas ou seguem contornando serras ou, então, em linha seca. Os limites foram baseados no projeto de lei.

Isso aqui é só para termos uma visão geral da interface do Parque com unidade de conservação, o que há no entorno de unidade de conservação. Então, aqui nessa região do Parque, temos o Parque Estadual do Jalapão, a APA do Jalapão. Ao sul do Parque, temos a APA da Serra da Tabatinga e, aqui, a APA do Rio Preto.

Interface do Parque com áreas prioritárias.

Não sei se os senhores conhecem, mas esse trabalho de definir áreas prioritárias com o objetivo de identificar aquelas áreas de importância biológica para a conservação da biodiversidade é do Ministério do Meio Ambiente. No entorno do Parque, há quatro áreas de importância extremamente alta para conservação da biodiversidade e, aqui nesta região, duas áreas com importância alta.



Em relação à interface com as Bacias Hidrográficas, a maior parte do parque está contida na Bacia do Parnaíba, as nascentes drenam o Rio Parnaíba, uma parte na Bacia do Rio São Francisco e uma parte na Bacia do Tocantins.

Nós fizemos um comparativo das alterações propostas. Aqui dá para identificarmos — está bem destacado — que esta é uma área que vai ser incluída. O que está em verde é a proposta de inclusão. Esta área aqui é uma área sugerida para inclusão, esta aqui também, este pedacinho, esta área aqui e este pedacinho aqui. As que estão em laranja são as áreas propostas para inclusão.

É provável que haja alguma diferença no que vocês vão apresentar. Por causa da plotagem pode haver alguma diferença. Mas o projeto de lei tem justificativa para essa área, que vou apresentar mais na frente, que é a Serra do Lajeado. Ele apresenta justificativa para esta pontinha aqui, que é a APA do Jalapão, e apresenta justificativa para esta área, que é das nascentes do Rio Corrente. Isso para áreas que serão incluídas. Este biquinho não tem justificativa e também não existe justificativa nesse projeto de lei, que depois podemos verificar se foi algum erro de plotagem ou o que aconteceu aqui.

Estas áreas aqui são as que se propõe serem excluídas. Para esta área aqui, que é uma área grande, é o sul do parque, tem justificativa no projeto de lei. É esta a área que não tem justificativa no projeto de lei e esta aqui também não. Estas aqui são as áreas de exclusão.

Agora eu vou falar sobre as áreas de exclusão. Eu vou me concentrar primeiramente na parte sul aqui. Eu vou descrever essa parte sul com informações que tem no Relatório de Vistoria do ICMBio. Sobre esta parte aqui não tenho elementos para fazer descrição da área, porque ela não foi vistoriada pelo ICMBio.

Então, esta é a parte sul, a área da APROCHAMA, de onde veio o pleito para ser desafetada. Trata-se de um conjunto de glebas rurais, onde se cultivava soja, milho e outras culturas. O pessoal da APROCHAMA aqui com certeza pode caracterizar muito melhor do que eu essa área. Existe uma faixa de vegetação remanescente aqui no bordo da chapada. Isso consta no Relatório de Vistoria do ICMBio, e está bem preservada essa faixa.

O Relatório de Vistoria chama atenção — e isso a gente também acha muito pertinente — para o fato de que é uma área que tem uma declividade nesse sentido.



Depois eu vou mostrar imagens aqui em 3 dimensões para vocês terem mais ideia. O Relatório de Vistoria concluiu que a manutenção da cobertura de vegetal, ao longo da borda, é importante para a contenção de processos erosivos. O projeto de lei sugere uma adoção de um quilômetro e meio de largura mínima nessa faixa. Então, aqui dá para nós termos uma ideia bem interessante da área.

Não podemos esquecer que o vermelho é o limite atual. Esta aqui é a proposta. Há um avanço nesse sentido. Nós viramos um pouco a imagem para vocês terem uma ideia do relevo. O norte está para cá, esse sentido aqui. Então, o limite da proposta ficaria bem próximo do bordo da chapada. Isso aqui é a parte que está mais do lado sudoeste.

Aqui é para vocês terem uma noção do relevo e as nascentes muito próximas ali do limite. E essa distância de um quilômetro e meio que o Relatório de Vistoria do ICMBio chama a atenção.

O que nós temos de adicional para essa área, além do que consta no Relatório de Vistoria do ICMBio, é essa informação do relatório parametrizado do Ministério do Meio Ambiente, que é uma informação que nos preocupa, que chama a atenção para trazermos uma reflexão. Nós não temos um posicionamento final. Nós trazemos pontos para reflexão.

O que tem nesse relatório? Que a Chapada das Mangabeiras, onde está a APROCHAMA, é recoberta por rochas porosas, de arenitos, e a natureza dos terrenos impede a concentração da água em superfície. Ou seja, a água não fica em superfície, ela infiltra, ou seja, toda a água da chuva tende a infiltrar na terra e surgir na base da escarpa, como fontes perenes que formam as nascentes dos rios. Então, o que nós deduzimos? Dependendo do uso desse platô da chapada, pode afetar a recarga dos aquíferos. Mas eu chamo a atenção para o fato de que não temos dados suficientes ainda sobre isso. Essa é uma questão que precisa ser estudada. Nós entendemos interessante, para tomar uma decisão correta até para definir os pontos, pensar se esse um quilômetro e meio está suficiente para essa questão.

Outra questão também para a qual nós chamamos a atenção: como é uma área de arenito, dependendo da forma como essa área vai ser explorada, pode haver problemas com a erosão e com a contaminação de agrotóxicos. Então, são questões que nós trazemos para reflexão.



Vou falar agora sobre as áreas de inclusão, especificamente cada uma delas. A Área do Lajeado, que fica bem aqui nesta parte do parque, é uma área com 55.105 hectares, com fitofisionomias diferentes daquelas que já são contidas dentro do parque, tem uma área de platô bem aqui e o restante da área, a topografia, um relevo levemente ondulado, com cobertura vegetal preservada.

Aqui são dados do Relatório de Vistoria que também constam no projeto de lei. Essa região possui inexpressiva taxa de ocupação humana, conforme o Relatório de Vistoria.

Aqui nós temos uma informação complementar. Como está essa área em relação às bacias hidrográficas? Uma parte está na Bacia do Parnaíba, outra no Tocantins. Não se sobrepõe à unidade de conservação e está basicamente em áreas prioritárias de importância biológica e de conservação alta.

As nascentes do Rio Corrente situam-se nessa parte aqui do parque, que é outra proposta de ampliação. Então, a linha vermelha é a proposta atual do parque, que já existe hoje, que segue exatamente os limites do sopé das encostas, e essa proposta amplia afasta um pouco mais. Isso, a nosso ver, é positivo, pois pode ajudar na conservação dessa encosta e das nascentes também. Conforme o Relatório de Vistoria, esse avanço permite uma proteção maior, a proteção de outros rios, de outras nascentes do Rio Corrente.

O que chama atenção aqui é que há presença de população, a Comunidade dos Cocos, que aparentemente não vai ser incluída nessa proposta. Existem 4 fazendas e 15 casas de moradia. Como nós não temos as coordenadas dessas fazendas, não temos o perímetro das fazendas, não sabemos onde estão essas casas, nós não sabemos dizer se essa proposta vai atingir ou não. Não tem como nós termos informação sobre isso. O ICMBio com certeza deve saber.

Então, aqui nós temos a nascente do Rio Corrente, a posição dela em relação às bacias, está totalmente inserida na Bacia do Rio Parnaíba, também não se sobrepõe à unidade de conservação e a proposta pegaria uma área prioritária extremamente alta para conservação.

A Área do Jalapão não foi vistoriada pelo ICMBio. As informações que estão aqui estão também no projeto de lei. Consta lá que é uma pequena área em bom estado de conservação, que permitirá a criação de um corredor ecológico de áreas



protegidas com um mosaico de unidades de conservação existentes no sudoeste da unidade. Aqui temos esse biquinho da APA do Jalapão, cuja proposta une aqui, junto com a APA, e incide em uma área de extrema relevância para conservação.

A Área IV é esse biquinho que, conforme eu falei, não foi vistoriada pelo ICMBio. A Área IV tem as mesmas características daquela área que eu apresentei da Chapada das Mangabeiras, uma área já bem antropizada. A Área V é essa área aqui. Ela se situa na bacia do Rio Parnaíba e também não temos descrição detalhada sobre essa área.

O nosso parecer. Quais foram as principais conclusões desse parecer? Que há uma carência de dados ambientais dessa área, o que não permite uma avaliação completa e conclusiva da equipe pericial sobre as repercussões da eventual aprovação desse projeto de lei. Em síntese, a aprovação do projeto de lei resultaria numa redução de 1,5% da área atual, 11.116 hectares. Por outro lado, algumas áreas de interesse ambiental e supostamente não conflituosas seriam incorporadas ao parque, haveria ganhos ambientais e melhorias na gestão do parque devido à atenuação dos conflitos com os proprietários ali, principalmente da APROCHAMA. A questão mais grave, conforme eu já chamei a atenção e que foi identificada nessa análise, refere-se ao risco potencial de impacto às nascentes do Rio Parnaíba em caso de desafetação das glebas agrícolas. Talvez o ICMBio, ou algum estudioso, poderia nos elucidar a respeito dessa questão.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

**O SR. MÁRIO JOSÉ GISI** - Obrigado, Juliana. Acho que com a sua exposição deu pelo menos para ter um panorama de como está desenhada a proposta contida no projeto de lei.

Eu gostaria apenas, Sr. Deputado, de ponderar a respeito de algumas coisas nesse trato que o Ministério Público tem feito com os diversos projetos de lei que têm vindo a esta Casa visando alterar limites de parque. O que para nós incomoda bastante é o fato de que nenhuma proposta busca ampliar a área dos parques. Ela visa sempre reduzir, cortar um pedaço, tirar outro. Embora essa proposta faça uma compensação de área, nós temos uma perda caso seja aprovada. Sem considerar esses aspectos geológicos levantados, ela terá um prejuízo de 11 mil hectares. Pode-se dizer que, num contexto de uma unidade de conservação de 700 mil





hectares, isso é pequeno, mas no contexto da política brasileira que trata do meio ambiente é muito, porque nós vamos considerar que o Código que foi aprovado acabou criando ou reduzindo as possibilidades de proteção dos entornos de rios, enfim, há diversas situações. Portanto, as unidades de conservação acabam sendo aqueles ambientes em que é possível ainda manter-se o mínimo de representatividade dos biomas.

Peço, então, aos Deputados Nelson Marquezelli e Paes Landim sensibilidade para essas questões porque, conforme levantamento do próprio Ministério do Meio Ambiente, esse parque está num contexto de áreas já identificadas como de alta relevância ecológica e de altíssima relevância ecológica. Portanto, a expansão para compensação de eventual área ali seria extremamente saudável e certamente poderia, caso superada essa questão geológica, que me parece bastante preocupante por conta da infiltração de potencial uso agrícola e agrotóxico. Acho que é uma questão que precisa ser aprofundada.

Mas, fora esse aspecto, eu gostaria de deixar registrada essa nossa preocupação no sentido de que pode parecer pequeno, mas na verdade nós precisamos trabalhar numa agenda que tenha um resultado positivo no meio ambiente, o que me parece aqui não estar sendo tão difícil diante desse contexto em que se coloca o projeto.

Com essas considerações, agradeço pelo convite. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paes Landim) - Eu é que agradeço ao Ministério Público Federal. Parabenizo a jovem Juliana pela competência na sua exposição. Embora sem conhecer o parque, fez uma bela exposição.

Meu caro Dr. Ulisses, quando eu pedi a realização da audiência pública para discutir o projeto do Deputado Marquezelli, que já veio aprovado por uma Comissão anterior a esta, a Comissão do Trabalho, foi para dirimir as dúvidas decorrentes do projeto de lei e são muito importantes esclarecimentos dessa natureza. Tenho certeza de que, numa audiência pública, não se poderia deixar de ouvir o Ministério Público e o ilustre Presidente, o Dr. Roberto Ricardo, do Instituto Chico Mendes, que são peças fundamentais nesse contexto, assim como o depoimento que teremos do ilustre representante da Ordem dos Advogados do Brasil, do próprio representante da Associação dos Produtores da Chapada das Mangabeiras e do Prefeito de



Barreiras do Piauí, onde fica situado o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba.

O Sr. Marcus Vinícius Furtado seria o próximo orador, mas, achou por bem ouvir antecipadamente os argumentos dos produtores da região ligada ao parque.

Concedo a palavra ao Sr. Adenir Jonatan Weisheimer, Presidente da Associação dos Produtores da Chapada das Mangabeiras — APROCHAMA.

**O SR. ADENIR JONATAN WEISHEIMER** - Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Deputado Paes Landim; Exmo. Presidente do ICMBio, Dr. Roberto Ricardo Vizentin; Exmo. Sr. Prefeito de Barreiras do Piauí, Divino Alano Barreira Seraine; Exmo. Sr. Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural de Corrente, Piauí, Ulisses Olímpio de Castro Paranaguá e Lago; Sras. Deputadas e Srs. Deputados, associados da APROCHAMA, meu nome é Adenir Jonatan Weisheimer.

Atualmente, presido a APROCHAMA, que foi fundada no ano de 2000 devido às dificuldades que tínhamos na época. Não havia estrada. Para V.Exas. terem ideia, íamos de Barreiras do Piauí a Dianópolis, Tocantins, para depois irmos a Barreiras, Bahia, que V.Exa. conhece. Fundamos a associação para, de uma forma ou de outra, auxiliar um ao outro, podermos nos ajudar, porque estávamos em um lugar a esmo, sem apoio, sem estrada, sem saúde, sem educação, sem nada. Tivemos a felicidade, no Município de Barreiras do Piauí, de, na época, o pai do atual Prefeito ceder uma escola para ministrar aulas periódicas para os filhos dos produtores que ali moravam.

Em 2002, eu diria, por um acidente do destino, fomos surpreendidos com a notícia de que o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba englobava parte das nossas áreas. Na época, procuramos o pessoal do IBAMA, pois não existia o ICMBio. Fomos informados — a Dra. Juliana disse bem — de que as divisas eram na escharpa da serra. Assim, entendemos que era um limite natural.

Se observarmos, vamos perceber que todo o limite do parque tem um limite natural: rios, encostas e serras. Quando chega à chapada, há um desvio e faz uma linha reta. Assim, acaba avançando dentro das áreas produtivas de Barreiras do Piauí, Município mais pobre do Piauí, que é o Estado mais pobre da Federação.



Então, a perda para o Município de Barreiras do Piauí e para o Estado do Piauí foi enorme.

Não somos e nunca fomos contra o parque. Queríamos que houvesse diálogo, entendimento, porque, quando aconteceu isso, desencadeou mais de 50 processos. O agricultor estava ali produzindo. Quando ele viu que não havia opção e pouco conhecimento, se agarrou a quem? Ao advogado. *“Doutor, ajude-me, preciso de ajuda”*. Assim, desencadearam vários processos jurídicos.

No intuito de resolver a questão, de forma mansa e pacífica, em 2008, procuramos o Congresso Nacional, que tem capacidade para fazer a mudança de perímetro de um parque ambiental. Conversei com o Deputado Nelson Marquezelli, que já o conhecia da Comissão de Agricultura, que me disse: *“Rapaz, precisamos ir ao ICMBio e ao Ministério do Meio Ambiente. Se vocês tiverem condições ou um pouco de razão, eu abraço a sua causa e apresento um projeto de lei.”*

Assim fizemos. Nós nos dirigimos ao Instituto ICMBio. Fomos recebidos pela Dra. Tânia, hoje aqui presente, e pelo Dr. Rômulo, na época Presidente. Nesse dia foi designada uma comissão para que fôssemos até as nascentes do Rio Paranaíba e corrêssemos todo o entorno do parque. Assim fizemos. Foram 16 dias. Eu, meu Vice-Presidente, Selmo Cerrato — quero deixar registrada a presença —, a Dra. Eugênia e a Dra. Cristiane.

A Dra. Eugenia é a Superintendente da 5ª Região dos Parques do Nordeste e a Dra. Cristiane é a Diretora do parque sediado em Corrente.

Foram 16 dias de trabalho. Foram 26 horas de avião, alugado pelo ICMBio, mais outros aviões que contratamos para fazer todo esse levantamento. Andamos mais de 8 mil quilômetros de camionete por dentro do parque. Rodamos tudo o que podíamos rodar. Chegamos à conclusão de que nós poderíamos ceder outra área que fosse mais interessante ambientalmente para o parque e tentar uma modificação no projeto de lei, aqui, no Congresso Nacional.

Foram 4 anos, senhores; 4 anos de vindas a Brasília, de correria, de despesa e de sofrimento. Mas chegamos hoje e estamos aqui. Foram 63 viagens. Todas as dúvidas que tinham, nós esclarecemos. Não ficou nenhuma pendente. Porém, quando o Deputado Nelson Marquezelli apresentou o projeto, talvez o topógrafo que havia feito o levantamento tenha dado uma encurtadinha no parque, por questões de



divisa, disso e daquilo, e o baixou para 718 mil hectares. Porém, nosso entendimento com o Dr. Deputado Nelson Marquezelli e o Dr. Rômulo foi de que, em momento algum, nós iríamos diminuir a área do parque.

Por isso hoje estou aqui trazendo uma sugestão: a sugestão de ampliarmos o parque para 731 mil hectares. E aí eu venho ao encontro de seu pedido, Dr. Mário Gisi. Hoje nós estamos trazendo a proposta de ampliar o parque e não diminuí-lo. Estamos aumentando o parque em 2 mil hectares.

Também quero ressaltar que uma das áreas mais importantes do Rio Corrente ficou de fora, que são as suas nascentes. Infelizmente, foi feito um traçado designando-as como se fossem nascentes do Rio Corrente, mas, quando fomos nas coordenadas, vimos que elas estão fora.

Por incrível que pareça, hoje eu estava vendo uma reportagem em que se falava isso para o Secretário de Meio Ambiente de Corrente. O Rio Corrente está morrendo, senhores, e precisa urgentemente que se preservem suas nascentes.

Nós estamos aqui, afirmando a vocês que somos parceiros. Nós queremos uma parceria entre as prefeituras circunvizinhas, o meio ambiente e a APROCHAMA. Por sinal, o Parque das Nascentes do Rio Parnaíba foi o que mais queimou no ano passado. Então nós queremos estar lá, presentes com vocês. Nós precisamos do meio ambiente porque é o futuro dos nossos filhos. Todo o mundo aqui é produtor, todo o mundo está ensinando o filho a trabalhar.

Então, esse é o nosso apelo. Vou fazer a demonstração no mapa do que era, como é e como vai ficar a nossa proposta.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Estas seriam as áreas de inclusão do parque. São duas áreas de inclusão ao norte.

Esta é a área das nascentes do Rio Corrente. A exclusão da área lá em cima não tem, Dra. Juliana, justificativa. Mas nós achamos a justificativa, porque os ribeirinhos estão morando aí. Então, para nós não resolvermos um problema e criamos outro, chegamos a um entendimento com o Dr. Marcelo, do ICMBio que deveríamos excluir essa área para não prejudicar outros moradores dali.

São de alto potencial agrícola. Como nós estamos falando do Piauí, como nós estamos falando de um Estado que precisa produzir, nós estamos pedindo a



desapropriação dessas áreas que têm um grande potencial agrícola. Nós estamos deixando uma borda em toda a encosta da serra, pegando das nascentes do Rio Corrente até chegarmos ao Jalapão. Uma faixa de todas as reservas contínuas, formando um corredor ecológico para que todos os animais tenham livre trânsito.

Esse é o nosso projeto, Deputado. Foi o entendimento que tivemos para deixar toda contínua.

Esta é a área cuja exoneração pedimos devido à ocupação humana.

Esta é a Serra do Lajeado. Ela é um pouco menor. Nós a ampliamos um pouco por ela não ter ocupação humana e ser uma área de grande potencial ecológico.

Esta é a nascente do Rio Corrente. Quando estivemos no IBAMA, em Correntes, a informação que recebemos é de que o parque iria contornar toda a escarpa da serra. E ele não contornou. Só contornou parte da escarpa da serra e depois voltou. As nascentes do Rio Corrente estão mais à direita. Pelo projeto de lei ela costeia mais a serra. Infelizmente, no nosso projeto de lei não foi apreciado.

Também estamos pedindo a inclusão dessa área na unidade de conservação pelo curso do rio e áreas que não estão ocupadas. Esse traçado verde é o atual. O amarelo é o nosso projeto de lei, do Deputado Nelson Marquezelli. Esse em vermelho é o que estamos pedindo para incluir no parque. Esse amarelo acompanha o traçado vermelho.

Sobre a questão apresentada pela Dra. Juliana, entendemos que houve um erro de coordenada. Então, esse é o projeto de lei do Deputado Nelson Marquezelli, o amarelo é o atual parque e o vermelho é a nossa nova sugestão, ampliando o parque para 731 mil hectares; que se aumente 2,3 mil hectares. Além do ganho ecológico, precisamos incluir as nascentes do Rio Parnaíba, porque o Rio Corrente está diminuindo.

Eu encerro as minhas palavras. Gostaria de agradecer ao autor do projeto, Deputado Nelson Marquezelli, por ter levado a nossa reivindicação aos órgãos competentes. Agradecemos a todos os presentes porque acreditamos que fizemos tudo de forma correta e procuramos as instâncias administrativas, seguindo o Congresso Nacional, que tem como dever constitucional promover essas alterações.



Ressaltamos novamente que esse trabalho decorreu durante 4 anos, um intenso trabalho nosso, das autoridades e dos técnicos do ICMBio. Inclusive gostaria de deixar registrado que a Dra. Tânia foi muito receptiva e sempre nos atendeu muito bem.

Faço aqui um apelo, Sras. e Srs. Deputados, pela aprovação do Projeto nº 2.618, de 2011, com as alterações por nós sugeridas hoje, principalmente para a população que reside e trabalha nos Municípios de Corrente e Barreiras do Piauí. Só nesse polo agrícola são aproximadamente 800 trabalhadores.

Lembro que, há pouco tempo, a Chevrolet disse que iria demitir 1.200 funcionários. A Presidenta Dilma se pronunciou e disse que não podia demitir tanta gente. Hoje nós empregamos lá 800 famílias que vivem desse trabalho, além das arrecadações que levamos aos Municípios.

É esse o meu apelo e o anseio de todos os nossos associados. Queremos ter essa parceria firmada com o ICMBio, os Municípios e a APROCHAMA.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paes Landim) - Ouvimos, portanto, o Presidente da Associação dos Produtores da Chapada das Mangabeiras, que faz divisa entre Piauí, Tocantins e Goiás.

Concedo a palavra ao Dr. Marcus Vinícius Furtado Coelho, Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB e, possivelmente em dezembro, Presidente do Conselho Federal da OAB. Dr. Marcus Vinícius foi um dos que participaram do movimento em defesa do Parque. Foi lá pessoalmente conhecer o Parque com uma comitiva de advogados e juízes do Piauí. Ele ficou muito preocupado e me telefonou, disse-me hoje. Demonstrou interesse em vir aqui falar. Falei com o Presidente Sarney, e criamos aqui uma alteração regimental, porque o requerimento tinha que ser submetido ao Plenário para que fosse autorizada a sua presença, mas, *hors concours*, trata-se de uma figura realmente importante no cenário nacional, pela sua relevância de um grande profissional. Não poderíamos deixar de ouvi-lo.

Fui encontrar-me com ele na OAB e disse: “*Dr. Marcus Vinícius, a informação que estou recebendo do projeto é que eles estão oferecendo uma área para*



*umentar o Parque. Querem retirar uma pequena área para atividade produtiva, mas aumentando a área, a fim de não prejudicar o contexto original do Parque”.*

Como o Dr. Marcus Vinícius vai ter um compromisso hoje ainda na OAB, logo a seguir vamos passar às perguntas, para que ele possa sair imediatamente.

Com a palavra o Dr. Marcus Vinícius.

**O SR. MARCUS VINÍCIUS FURTADO COELHO** - Deputado Paes Landim, requerente desta audiência pública, um Parlamentar de muita expressão que tão bem dignifica o Congresso Nacional; Deputado Nelson Marquezelli, sinto-me muito honrado por estar presente a esta sessão, com sua presença muito ilustre; Deputado Jesus Rodrigues, do meu Piauí, quero dizer a todos que a OAB tem uma proximidade com o Congresso Nacional histórica. A Ordem sempre entendeu, e deve continuar assim entendendo, que não há democracia sem o Congresso Nacional, que o Congresso Nacional é o esteio da atividade democrática. Sem o Congresso, o que há é ditadura, é opressão, é a voz única.

Portanto, a pluralidade de ideias, a pluralidade de pensamento que vem ao Congresso Nacional representa bem a sociedade brasileira. Sem Parlamento não há democracia; sem política não há democracia. Por isso, a OAB se sente muito à vontade por estar aqui presente, ela que lutou na ditadura militar pela reabertura democrática, pelo restabelecimento das prerrogativas do Congresso Nacional.

Faço-me presente como Secretário-Geral do Conselho Federal da OAB, como também por ser um filho do Rio Parnaíba. Eu sou maranhense, nascido no Sertão do Maranhão, a 100 quilômetros do Rio Parnaíba, e me criei em Teresina. Portanto, ali o Rio Parnaíba, que não divide, mas une o Piauí ao Maranhão, faz parte da minha identidade e de todos os que lá moramos e vivemos. Tanto que no Hino do Piauí encontra-se a expressão *As águas do Parnaíba, rio abaixo, rio arriba...* Portanto, isso faz parte da nossa cultura e da nossa identidade.

Fizemos um movimento denominado Nascentes Urgentes, de proteção ao Rio Parnaíba há alguns anos, movimento do qual participaram diversas personalidades da sociedade piauiense, juízes, membros do Ministério Público, juízes federais, o Prefeito de Teresina à época, e fizemos uma caravana até as nascentes. Ficamos acampados nas nascentes. Então estive lá onde começa o Rio Parnaíba. Algo que, à época, nos chamava a atenção era o fato justamente de ter acima, na chapada,



produção agrícola, o que os ambientalistas diziam que poderia resultar em prejuízo às nascentes do rio.

Não sou um especialista na área nem acredito em maniqueísmo, não acho que em tudo na vida há o certo e o errado, o bem e o mal. Acho que as matérias não podem ser discutidas dessa forma. Quer dizer, se alguém for o dono da verdade, então o outro está totalmente equivocado.

Mas, num ponto, quando vejo o estudo feito pela 4ª Câmara do Ministério Público Federal, anotei a conclusão a que se chegou, no sentido de que o uso do solo do platô da chapada pode afetar a recarga dos aquíferos e a manutenção das nascentes e cursos d'água da bacia do Parnaíba, além de problemas de erosão e contaminação com agrotóxicos. É uma possibilidade prevista no estudo. Não é uma certeza, mas uma possibilidade.

Diante dessa possibilidade, o que fazer? Nós temos um princípio que incide sobre as questões de direito de fusos, especialmente as ambientais, que é o princípio da precaução. O que poderia ser resumido na frase “em dúvida, não ultrapasse”. Ou seja, há uma possibilidade de que no solo do platô da chapada venha a acarretar esse tipo de prejuízo. Pelo menos foi o que acabei de ouvir. Posteriormente, também a técnica expressou que há carência de dados para uma avaliação conclusiva. E verifica que seria até razoável essa proposta, para diminuir os conflitos com proprietários que não foram indenizados. Percebe-se que o problema detectado está na não indenização dos proprietários, no parecer técnico que acabamos de ouvir, e que, na parte ambiental, há carência de dados.

Então percebo que este é o momento de se fazer um estudo aprofundado para que essa carência de dados seja dissipada, porque não é possível alterar para permitir a produção, com a possibilidade de surgir esse tipo de problema, sem um estudo mais aprofundado.

No atual momento do debate, Excelências, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que represento, como também neste momento a Caravana pela proteção das nascentes do Rio Parnaíba, como também a minha própria identidade, a sociedade que neste momento represento, sem qualquer interesse pessoal direto — mas também sem ficar aberto a que novos estudos sejam feitos e novos debates sejam realizados —, no atual momento, sem um estudo mais





detalhado, a posição mais adequada na opinião do Conselho Federal da OAB é a não permissão da produção nas áreas mencionadas pela técnica.

Em relação à ampliação do parque para proteção das nascentes do Rio Corrente, penso que isso é absolutamente louvável. É uma parte do projeto que deveria de logo ser colhida, porque, diante do princípio da precaução, se você toma uma medida para ampliar uma proteção, ela sempre é bem vinda. Agora, a restrição da proteção tem que ser feita com base em dados técnicos conclusivos — repito: pelo menos até o momento. A OAB entende que o Ministério Público Federal, que pela Constituição Federal tem a função de, em nome da sociedade, proteger os direitos difusos, como os do meio ambiente, trouxe o seu estudo até o momento para o uso do solo do platô da chapada e pode trazer os problemas já enumerados. Portanto, sem querer ser dono da verdade, sem querer ter uma visão maniqueísta acerca do assunto, tudo isso é no sentido da proteção do Rio Parnaíba, que é o maior rio 100% nordestino — estamos falando assim porque o Rio São Francisco nasce em Minas Gerais. E aquele é um rio que, como disse, faz fronteira entre o Piauí e o Maranhão, e que diz respeito ao desenvolvimento de todos os milhões de piauienses e maranhenses que se situam às margens do rio e ao longo dos dois Estados. Ao decidir essa matéria, certamente temos que levar em consideração a vida de quem lá mora, mas temos que levar em consideração também a vida de todos os demais piauienses e maranhenses que se servem do Rio Parnaíba para a sua subsistência.

Sem uma demonstração definitiva, uma manifestação técnica robusta e sem dúvida de que a produção poderia resultar em algum tipo de dano, o mais adequado é não permitir a produção. Porque não podemos correr qualquer risco, por menor que seja, de perder o Rio Parnaíba; isso seria o início do fim da identidade e traria prejuízo irreparável à vida de milhões de piauienses e maranhenses, repito.

Portanto, a posição que trago à reflexão, sem querer, repito, ser dono da verdade deste Colegiado, e respeitando as opiniões contrárias, é no sentido de que o projeto no ponto em que permite esse uso do solo do platô da chapada não seja aprovado. Que seja aprovado apenas no ponto em que amplia, para proteger as nascentes do Rio Corrente.

Obrigado. (Palmas.)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paes Landim) - Obrigado, Dr. Marcus Vinícius, eminente advogado do nosso País.

A Juliana referiu-se a um aspecto na sua fala, meu caro Marcus Vinícius. Ela lamenta que não há um plano de manejo na região. Mas, infelizmente, pelo que vemos, não tem plano de manejo em nada; é um descaso geral. Eu me recordo porque fui com o então Ministro da Previdência Social, no Governo Fernando Henrique Cardoso, Reinhold Stephanes, nosso colega hoje na Câmara, inaugurar uma agência do INSS numa localidade e descemos de avião em Bom Jesus do Gurgueia. Ele ficou espantado, em 30 quilômetros entre Bom Jesus, e me disse: *“Meu Deus do céu! não tem um plano de manejo neste Estado?!”* As matas ciliares estavam todas destruídas, abandonadas.

Esse é um drama geral: o descaso das autoridades locais com a política ambiental. A preocupação do Dr. Marcus Vinícius é válida, e acho que foi bom fazer essa sua advertência. No decorrer do processo, vamos verificar se, efetivamente, essa mudança de área prejudica, ou não, a essência do parque, a proteção do Rio Parnaíba, que é o nosso interesse maior. E seu interesse é ainda maior como ilustre filho de Balsas.

O Dr. Marcos Vinícius tem uma reunião do Conselho Federal da OAB agora à tarde. Peço que quem tenha alguma interpelação a fazer que o faça agora.

Deputado Nelson Marquezelli, V.Exa., como autor do projeto de lei, tem alguma indagação ao eminente Secretário-Geral da OAB e ao Dr. Marcos Vinícius?

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Gostaria de cumprimentar a Mesa e justificar. Sou Procurador da Casa, e fazia parte da Mesa quando me procuraram. Talvez pela facilidade de fazer transitar um processo, e pela minha vivência na área agrícola brasileira. São mais de 60 anos atuando como presidente de cooperativa, diretor da federação, diretor da CNA, agricultor no Estado de São Paulo, atuando em vários segmentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paes Landim) - E ainda produtor de laranjas no Brasil.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Não.



Tive oportunidade de conversar com meus colegas de Estado. Como ele disse, ele resumiu muito. Botei a faca no peito dele e falei: “Só com o aval do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes!”

Durante 4 anos, o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Chico Mendes... Ele falou 60, mas foram muito mais missões que fizeram lá. Minha preocupação com o produtor foi sempre esta: quero as nascentes dentro do parque. Virem-se! Empurrem o parque, tirando-o de cima da produção. Se vocês estão produzindo soja, trabalhando, empurrem nas nascentes. Incluam todas as nascentes dentro do parque.

O primeiro projeto político, como estive conversando com os Senadores, era reduzir o parque, dar uma cortada violenta, cair para uns 60%. Convenci todos eles. Falei: *“Não vou dar entrada a projeto de lei. Se os senhores quiserem trabalhar por medida provisória, podem fazer; mas, como projeto de lei, quero, no mínimo, ficar bem próximo ao tamanho do parque hoje”*. Minha justificativa, para quando houver uma audiência pública, porque queremos audiência pública, é de o tamanho do parque é o mesmo. Agora, está me surpreendendo a proposta de se aumentar um pouco mais o parque, para incluir, talvez, algumas nascentes que não existem nem no mapa. Há nascentes ainda não levantadas. Há muita bandeira, muita coisa que pode ser feita lá. Na hora em que forem colocar a projeção ali, os senhores vão verificar que a produção está dentro do parque, que está em uma parte do parque, mas fora do platô, daquela área inteira. Repito: ela está fora do parque. Os senhores vejam como está a produção lá. E isso aí não vai ser motivo de litígio, a não ser que os senhores, futuramente, queiram desapropriar essa área para incluí-la no parque. Quando trabalhamos nisso, o seu antecessor, Rômulo, foi muito categórico quanto a essa área. Temos que trabalhar para poder legalizar todas as divisas; temos de fazer um projeto para desenvolver o parque da melhor maneira possível, sem perdermos a área — esse era um pedido meu —, incluídas as nascentes.

Eu acho que as observações feitas pelos senhores, que falaram, e pela palestrante da área, não se sustentam, porque a mesma coisa existe em São Paulo, no Goiás, nas cabeceiras do Rio Tietê e do Rio Paranapanema. Há várias projeções dessas no País. Isso não é coisa típica do Piauí; ocorre em vários setores do País. E tudo é questão de manejo. É uma questão que... Você tem de ter... E a nova técnica



de plantio exige isto, curva de nível, rotatividade de cultura, aproveitamento de proteção. Você tem que fazer manejo adequado em qualquer propriedade do País. A minha briga quanto ao Código Florestal foi essa. O sujeito fala que tem que plantar 5 metros, 10 metros, 15 metros da margem de rio. Eu troco esses 10 metros por uma curva de nível de 2 metros de altura na margem do rio e por uma legislação que não permita culturas em margem de rio que usem defensivos em excesso, como as do tomate, da uva, da pera, da maçã. Tem que haver uma proteção ambiental com técnicas modernas. Quando vamos à Alemanha, à França, aos Estados Unidos, ao Canadá, vemos proteção de nascentes de água, de canal de rio. Lá não se fala em plantação de árvores; fala-se em retenção de chuvas que descem para as margens, em assoreamento de rios, afloramento de nascentes, pisoteio de gado. Tem-se que fazer a proteção, não somente plantar árvores. Mesmo porque temos de plantar árvores sempre. Porque o problema da árvore é o respiratório, mas o do meio ambiente, maios do que algo sólido, é o ar. Você tem que defender o plantio.

Então quero parabenizá-lo por essas decisões. Você está com todos os produtores rurais aqui. Dá bem mais que 800 famílias — como vocês falaram. O levantamento que eu tenho é de mais de 900 (918) pessoas que estão produzindo no Estado do Piauí. E percebo a preocupação do Prefeito da cidade, que está aqui.

Mas eu acho que o Ministério do Meio Ambiente e vocês, da ICMBio, do Chico Mendes, fizeram um trabalho demarcatório.

Paes Landim, talvez você, num projeto substitutivo aqui, possa incluir essa nova área, pegar mais um parecer desses e incluir nesse projeto mesmo um manejo adequado para atentar para a possibilidade das nascentes e do solo. Eu não conheço o solo. Eu não fiz análise de solo. Essa foi a única coisa que eu não fiz.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paes Landim) - Arenito.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - É, arenito. Mas eu não fiz. Nós temos isso em outras partes do País. Nós precisamos ter manejo, proteção. Aquela é uma área em que você tem que desenvolver um trabalho que seja bem feito em curva de nível, preparação de solo, em tudo que for necessário, para que o próprio plantio, pela técnica moderna, possa preservar não só o Rio Parnaíba e as suas nascentes, mas também preservar o solo da região. É fundamental isso.



Eu quero parabenizar a colocação de todos vocês. Nós estamos vindo do mesmo ambiente. Uma das provas do projeto, Dr. Marcus, é que geralmente... Eu até discuti bastante isso com o Sarney Filho. Esse é um dos primeiros projetos que vêm aqui para discutirmos. Todos os demais aqui vieram por medida provisória. Então vamos botar a Casa para discutir, para acompanhar. É público! Não tem nada escondido. Vamos fazer da melhor maneira possível, para que esse parque sirva de exemplo para a Casa e para o País, democraticamente, com permutas, com sugestões, para que seja um bom projeto. Tem outro projeto em cima. O Chico Mendes está com um projeto muito bom para esse parque, que eu acho que devemos endossar. Esta Casa deve trabalhar para colocar recursos, para que esse parque seja realmente feito. É o que o Chico Mendes e o Ministério do Meio Ambiente estão querendo que se faça.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paes Landim) - Permita-me aqui um aparte.

Esta é uma informação a todos aqui que compõem esta sessão, Dr. Marcus Vinícius, o nosso Presidente do Instituto Chico Mendes, o nosso Procurador da República, os senhores produtores.

Eu estive, na semana retrasada, na CODEVASF, meu caro Marcus Vinícius. Informou-me o Diretor José Augusto que a CODEVASF está liberando recursos, da ordem de 5 milhões de reais, para o Parque das Nascentes. Eu fiquei um pouco preocupado porque esse recurso vai ser distribuído pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Piauí. Estou preocupado. Que conotações políticas, pessoais, etc., não venham conspurcar... Acho mesmo que o Instituto Chico Mendes deveria entrar em contato com a CONDEVASF, para não deixar que projeto desse montante possa interferir na sustentabilidade do parque. Eu queria que o Presidente do Instituto se dirigisse à CODEVASF sobre isso.

E aqui vou pegar uma informação mais concreta para o senhor, porque quero que o senhor fiscalize o processo. É para não se prejudicar a estrutura do parque, a sustentabilidade dele. Acho que isso tudo pode ficar fora de um projeto que envolve um parque dessa magnitude.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Veja bem, Paes. Eu tenho várias propriedades agrícolas. Numa propriedade agrícola, se você não fizer o manejo correto, você estraga a propriedade. Falo de uma propriedade pequena, de



1 mil hectares, de 2 mil hectares, com plantio de laranja, com plantio de cana, com pastagem. Então, essa técnica moderna de manejo é fundamental para um parque desse tamanho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paes Landim) - Meu caro Marquezelli, nosso futuro Presidente da OAB, se Deus quiser, o nosso convidado logo vai ter que se retirar.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Desculpe-me, Marcus. Eu só estou acompanhando. Acho a sua preocupação, sendo de lá, filho de lá, correta. E eu tive também esse cuidado: não fiz nada sem que o Chico Mendes, o CTNBio e o próprio Ministério do Meio Ambiente olhassem com lupa tudo aquilo. E o senhor reforçou a posição. Você veja o que eles fizeram com lupa lá.

**O SR. MARCUS VINÍCIUS FURTADO COELHO** - Eu peço desculpas por ter que me ausentar, porque de fato o Plenário do Conselho Federal da OAB me aguarda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paes Landim) - Já está reunido.

**O SR. MARCUS VINÍCIUS FURTADO COELHO** - Está entrando em funcionamento agora. Eu vim aqui para dar esse depoimento, e vou acompanhar o restante da sessão, que será retransmitida pela *TV Câmara*, como o senhor falou no início. E também está sendo gravada. Vou acompanhar o restante do debate. Não é desprestígio ao Presidente do Instituto Chico Mendes. Vou de fato querer ouvi-lo, e assim acompanharei.

Vamos ver os debates. Talvez mais estudos sejam feitos para que tenhamos a garantia de que não haverá qualquer afetação, qualquer dano ao Rio Parnaíba, porque nós queremos preservar.

Então, talvez, poderia haver um pedido de reconsideração ao Ministério Público para que reavaliasse isso. Mas enquanto tiver esse parecer da 4ª Câmara no sentido de que pode haver prejuízo, penso que é algo, em relação ao que foi aqui mencionado, insuperável. Mas, como eu disse, não quero ser dono da verdade. Esta é apenas uma opinião que trago, uma contribuição ao debate, ao Congresso Nacional, a esta Casa, que escuta várias opiniões e depois chega às suas conclusões...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paes Landim) - Ao consenso.



**O SR. MARCUS VINÍCIUS FURTADO COELHO** - ... ao que melhor lhe aprouver.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Tem mais: o senhor pode estar certo de que o trabalho que foi feito, nos 4 anos, foi para preservação não só do parque como também do Rio Parnaíba.

E outra: isso aí vai dar muito mais segurança do que existe hoje. O que está sendo feito vai dar muito mais segurança do que tem hoje. Essa foi a palavra do Ministério do Meio Ambiente. Eles estão trabalhando com todos os técnicos, para ver onde fica melhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paes Landim) - Meu caro Marquezelli, é uma pena que o Dr. Marcus Vinícius não possa ouvir — e eu estou altamente interessado e curioso — a exposição do Chico Mendes. Eu tenho certeza que Natan irá analisar esse processo com muito cuidado e muito senso de responsabilidade. Eu mesmo, hoje, quero conhecer exatamente a posição dele.

Marcus, muito obrigado.

Agora vamos dar sequência à segunda parte da nossa audiência pública. Eu agradeço.

Bom, espero não ter sido descortês.

Dr. Gisi e Dr. Jonatan, se quiserem realmente fazer algumas considerações, depois da exposição, da intervenção do Deputado Nelson Marquezelli, está aberto o microfone para a exposição de vocês.

**O SR. ADENIR JONATAN WEISHEIMER** - Eu gostaria, Deputado, de dar mais uma explanação com relação à preocupação do Dr. Marcus Vinícius.

Vejam bem: no Brasil inteiro, para preservação de mananciais e nascentes de rios e igarapés, a legislação determina uma faixa de preservação florestal. Nós estamos deixando 10, 20 vezes mais, para que haja uma preservação. Essa foi a grande preocupação do Dr. Rômulo Melo e do Deputado Marquezelli.

Quando nós fizemos esse entendimento de deixarmos todas as reservas na escarpa de serra, foi exatamente pensando em preservar as nascentes do Rio Parnaíba. E fomos bem além do que a legislação prevê. Foi um sentimento humano que tivemos de que a coisa precisava ser feita corretamente.

Então, essa é a minha consideração.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paes Landim) - Agradeço, então, a intervenção do eminente Procurador da República, Dr. Gisi, ao Presidente da PROCHAMA e ao Dr. Marcus Vinícius, que teve que se retirar.

**O SR. MÁRIO JOSÉ GISI** - Só para encerrar. A preocupação que foi trazida aqui com relação a esse espaço é o fato de que a região ali é recarga de aquífero. É por conta disso que ficou essa dúvida com relação a essa questão, que foi muito bem trazida, e que talvez seja um convite para aprofundarmos a análise dessa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paes Landim) - Exatamente, para se ver se prejudica ou não essa área produtiva.

Eu chamo agora os demais convidados de hoje para esta audiência pública: o eminente Dr. Roberto Ricardo Vizentin, Presidente do Instituto Chico Mendes; nosso querido Dr. Alano Barreira Seraine, Prefeito de Barreiras do Piauí, onde fica sediada praticamente grande parte do parque; e o Sr. Ulisses Olímpio de Castro Paranaguá e Lago, Secretário de Desenvolvimento Rural, que ora representa o Prefeito de Corrente do Piauí. *(Pausa.)*

Eu vou passar a palavra, em primeiro lugar...

Antes, quero saudar o nosso querido Presidente por sua nomeação. Eu fiquei muito feliz! Nunca é bom se criticar quem saiu. Não quero criticá-lo, mas eu acho que o Chico Mendes precisava de uma sacudidela, com uma estrutura que já vinha do antigo Governo, do antigo IBAMA. O Sr. Ricardo é uma sacudida no Chico Mendes, o que abre novas perspectivas. Eu não o conhecia pessoalmente; só o vi uma vez, rapidamente. Mas as informações que eu tenho dele são as melhores possíveis: um homem sem vaidade, um apaixonado pelo meio ambiente. Não estava ali nem por vaidade, ou pelo poder pelo poder na área ambiental. Eu acho que, para a política ambiental do Brasil, não havia neste momento nome melhor do que o de Ricardo Vizentin. E fico muito feliz por ele estar aqui presente.

Como não acho que se deva ouvir a opinião de duas testemunhas que estão no centro do problema, que é o Prefeito de Barreiras e o de Corrente, eu peço licença ao senhor para ouvir os dois primeiros — e o senhor faria as considerações finais.





Portanto, passo a palavra ao ilustre Prefeito de Barreiras, o jovem Dr. Divino Alano Barreira Seraine, que tem o nome da cidade.

**O SR. DIVINO ALANO BARREIRA SERAINE** - Exmo. Sr. Deputado Federal Paes Landim; Exmo. Sr. Deputado Nelson Marquezelli, autor do projeto; douto representante do Ministério Público; Exmo. Sr. Presidente do Instituto Chico Mendes; autoridades que se fazem presentes; caros agricultores; primeiramente, para que possamos discorrer sobre esta audiência pública, é necessário enfocarmos alguns aspectos, notadamente aqueles que mais se correlacionam com nosso Município de Barreiras do Piauí.

Eu queria dizer ao Deputado Nelson Marquezelli, Presidente do ICMBio, autor do projeto, que eu sou prefeito da cidade mais pobre do Estado do Piauí. E queria dizer que esse projeto vai trazer inúmeros benefícios para o nosso Município, benefícios relacionados ao ICMS. O Rio Parnaíba nasce no nosso Município. Queria dizer que a cidade de Formosa tem hoje um ICMS de quase 5 milhões de reais, enquanto o do nosso Município de Barreiras, no Piauí, não chega a 30, 40 mil reais.

Então, na verdade, esses agricultores é que vão alavancar até mesmo esse potencial nosso, que é para atender melhor esse povo. Então, confiante no espírito de justiça que norteia os princípios de V.Exas., espero, com as colocações aqui do Relator do projeto, que mostrou que ali não haverá nenhuma degradação ao meio ambiente — ficou claro e notório isso —, denota-se, a nosso ver, porque não sou técnico, mas pelas explicações, pelas explanações, que o determinado projeto não trará nenhum mal-estar ao meio ambiente.

Estamos lá, nesse momento, numa luta política, mas eu não poderia aqui deixar de participar deste encontro porque vejo neste encontro a única esperança para um Município pobre como o nosso, esperança essa também correlacionada com o fato de que tal alteração não trará nenhum mal-estar ao parque. No momento em que esses agricultores começarem a recolher das suas lavouras para o nosso Município, porque ali quase 90% da plantação estão no Município de Barreiras do Piauí... Então, eu peço vênia para dizer que o Município de Barreiras estará sendo extremamente beneficiado e elevando, eu diria assim, a autoestima do nosso povo.

Meu muito obrigado. Eu só tenho aqui que agradecer imensamente ao autor do projeto. (Palmas.)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paes Landim) - Muito obrigado, Prefeito Alano.

Passo a palavra, então, ao nosso jovem Secretário, representando o Prefeito de Corrente, Sr. Ulisses Olímpio de Castro Paranaguá e Lago.

**O SR. ULISSES OLÍMPIO DE CASTRO PARANAGUÁ E LAGO** - Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados presentes, demais autoridades, produtores dessa área em questão, eu acho que, até vou voltar um pouquinho, como o nobre Deputado falou, não é interessante falarmos de quem já saiu, e eu não vou falar mal; quero que isso fique bem claro. Mas lembro que ele teve uma preocupação, que é plausível, em cima do relatório feito pela Procuradoria. Pudemos perceber que ele foi feito ainda em cima do projeto inicial do nobre Deputado Nelson Marquezelli; se analisarmos o mapa, o que os produtores estão propondo, isso até já vai ao encontro daquela preocupação que ele levantou. Então, ele beneficia mais ainda, e protege muito mais as nascentes.

No caso do nosso Município de Correntes, temos as duas preocupações. Primeiro, a ambiental, porque essa tem de ser sempre relevante. Todo projeto produtivo, quando tratamos do desenvolvimento sustentável, que é o que mais debatemos dentro da questão do meio ambiente, tem de ser ambientalmente correto, e esse projeto quer mais do que isso. O Sr. Mário teve a preocupação inicial de dizer que todas as audiências que houve com relação aos parques nacionais reduziam área. Esta, ao contrário, está aumentando. Então, não vemos por que ele não seja aprovado.

Enfim, com a preocupação nossa do Município — eu sou filho de Corrente —, estamos vendo que, no projeto do parque, na maneira em que ele está aí hoje, a nascente do Rio Corrente, que dá nome à nossa cidade, ficou de fora. Nós que somos filhos dali temos conhecimento de que o rio vem diminuindo. Venho acompanhando-o ao longo de 34 anos. Nem é bom dizermos a idade. Mas, enfim... Vejo esse projeto com de uma importância ambiental muito grande para o nosso Município. É esse rio que abastece nossa cidade, e nossa cidade está crescendo. Como o Prefeito Alano, da cidade de Barreiras do Piauí, colocou, somos Municípios pobres, e carecemos dos impostos. Com o nosso FPM, basicamente, é complicado governarmos esse Município, gerir esse Município. E esse projeto vai trazer imensos



benefícios para a região de Corrente, para o Município de Corrente, principalmente no aspecto ambiental. Para os senhores terem uma ideia, a nascente do Rio Corrente tinha 5 fervedores, que era o que dava força ao rio; hoje são 3.

Nós, de Corrente, não podemos esperar mais tempo para que esse projeto seja aprovado. Nós precisamos que ele o seja o mais urgentemente possível. Além da questão financeira, das arrecadações, Prefeito, há a questão ambiental.

Basicamente, a preocupação que tínhamos a colocar aqui era essa. Nós agradecemos o chamamento para esta audiência. As palavras que tínhamos a colocar seriam essas. Eu só tenho a agradecer.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paes Landim) - Muito obrigado.

Vamos então dar a palavra ao ilustre Presidente do Instituto Chico Mendes, cujo parecer será levado em conta por esta Relatoria, porque o Instituto tem um papel relevante no processo de criação e manutenção de parques.

Nós sabemos que o Dr. Roberto Ricardo Vizentin é um ambientalista da maior competência. Como eu disse há poucos instantes, trata-se de uma nova dimensão no Instituto Chico Mendes, porque ele atua no processo com paixão e convicção. Ele é um entendido, uma pessoa competente na área. É claro que esta Casa não poderá deixar de levar em conta as suas profundas e decisivas ponderações.

Com a palavra o Sr. Presidente do Instituto Chico Mendes.

**O SR. ROBERTO RICARDO VIZENTIN** - Obrigado, Deputado Paes Landim. Muito obrigado pelo chamamento à nossa audiência e também pelas suas considerações frente ao nosso desafio no glorioso Instituto Chico Mendes. Estamos sempre à disposição. É só nos convocar.

De pronto, agradeço por esta oportunidade especial de estarmos aqui nesta tarde.

Agradeço ao Deputado Nelson Marquezelli, que é autor do projeto e que, durante esse tempo todo... Estou há 4 meses no Instituto, mas são 4 anos de esforço para chegarmos a este momento. É como se cada mês correspondesse a 1 ano de trabalho. Durante esse tempo todo, além do papel fundamental desempenhado pelos Srs. Deputados, houve todo esse engajamento por parte das nossas equipes — do Instituto, do Ministério. Houve uma participação muito grande



também do poder público local, dos produtores e da Associação. Então, também agradeço ao Deputado Nelson Markezelli

O Sr. Mário Gisi tem sido uma voz marcante, importante e fundamental na defesa do marco legal, da legislação ambiental, das grandes defesas, das lutas que se fazem não só pela proteção do meio ambiente, mas também do modelo de desenvolvimento sustentável, o que todos queremos. Então, é fundamental esse papel desempenhado pelo Ministério Público.

Agradeço também aos nossos colegas da Associação dos Produtores da Chapada. E faço uma saudação especial também ao nosso Prefeito, ao Secretário e a todos os senhores produtores que aqui comparecem.

Tenho comigo que acontecimentos como este transformam talvez a nossa missão em algo mais fácil, porque não tem sido verdadeiramente fácil enfrentar esse tremendo desafio que é fazermos a gestão das unidades de conservação dentro do sistema nacional. Como sabem, a carga da União são mais de 312 unidades concretamente criadas, nas duas grandes categorias de proteção integral e de uso sustentável, incluindo os parques e mais 11 categorias. Isso corresponde a 55 milhões de hectares. Veja que é mais ou menos, Deputado Nelson Markezelli, a área ocupada atualmente pela produção de grãos no País. É igual. Nós temos 75 milhões de hectares em produção de grãos, fora a pecuária, que ocupa mais 200 milhões de hectares, mais ou menos, para um rebanho de 200 milhões de cabeças. Então, nós temos 75 milhões de hectares de áreas protegidas como unidades de conservação, e a questão fundamental é fazer um bom uso, cuidar dessas áreas para que cumpram a sua função ambiental, sobretudo como elemento importante do desenvolvimento nacional.

Digo que essa situação talvez transforme a nossa missão em algo mais agradável, porque, via de regra, e está aqui o Ministério Público para testemunhar, como, de resto, cada um de nós que podemos testemunhar, pela própria realidade do nosso País, pelo crescimento da produção agrícola e pecuária e por outros vetores de pressão, há uma situação de permanente ameaça sobre a integridade dos territórios das unidades de conservação. E é pouco comum, diga-se de passagem, termos uma situação em que os produtores rurais, o poder público local,



o Parlamento, Deputados e outros atores estarem participando de um esforço em defesa de uma unidade de conservação.

Eu tomei nota especialmente aqui que o nosso companheiro, Dr. Adenir, que começou dizendo mais ou menos o seguinte: que não somos contra o parque — nunca fomos; que queremos construir uma relação de parceria entre produtores, órgãos responsáveis pela gestão do parque nacional, por essa unidade de conservação, em benefício do parque e também da produção.

Ora, é como se estivéssemos dizendo que não há produção sem conservação, e que, para a conservação, é importante que se tenha uma produção também em bases mais sustentáveis. Então, nós queremos comemorar isso.

Acho que o Deputado Nelson Marquezelli já tinha feito essa menção. É emblemático o que está sendo feito no âmbito desta Comissão, no domínio desse projeto de lei. Sinaliza realmente um entendimento que muda a consciência — não diria apenas de nós, que estamos envolvidos nisso, mas da própria sociedade brasileira, que pode ter, nesse exemplo, um farol aceso que supere essa contradição, essa relação tão tensa, que se opõe muitas vezes à conservação da produção.

Todos os que falaram aqui demonstraram uma consciência muito grande de que sem água não tem agricultura, não tem produção, não tem vida. E lá na chapada, no alto do parque, estão as cabeceiras, as áreas formadoras, porque as nascentes ocorrem nas escarpas, em função dessa constituição geológica e do relevo. Mas que é muito importante cuidar dessa área como um todo, porque é fonte de água e de vida.

Então esse parque nacional não está lá apenas como um potencial atrativo, que um dia poderá ser utilizado em benefício da sociedade. Ele já está lá prestando o que chamamos de serviços ambientais. E o principal deles, talvez, associado a toda a biodiversidade, é o da prestação do fornecimento de água. É importante para a diversidade das espécies, e muitas delas estão na base do melhoramento genético da nossa própria agricultura.

Eu queria fazer esse registro para dizer que estamos no caminho certo. No âmbito do Instituto Chico Mendes, tecnicamente estamos muito seguros do que está sendo proposto, muito mais com essas inclusões que estão sendo propostas, que



corrigem algumas falhas, ou insuficiências, digamos assim, porque ninguém quis falhar nisso. Por mais que tenhamos nos dedicado — são 4 anos de trabalho —, algo sempre poderia ter sido feito melhor. Mas ressalto esse diálogo, esse entendimento.

Quero dizer também que, além da Tânia, a nossa assessora parlamentar, está aqui me acompanhando Marcelo Knust, o nosso técnico. Ele pode me auxiliar, Deputado, se for preciso oferecer algum esclarecimento, está certo? Ele acompanhou todo esse trabalho, fez as vistorias. Está à disposição aqui para prestar esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Por sinal, a equipe é espetacular. Já estou no sexto mandato aqui, Sr. Presidente, e ainda não vi equipe — é liderada lá pelo Sérgio, pelo grupo que trabalha — com a responsabilidade e o amor que eles têm pelo trabalho que fazem. Eu notei isso. Quero deixar isso consignado na ata desta audiência pública.

**O SR. ROBERTO RICARDO VIZENTIN** - Perfeito.

Essa vistoria técnica foi realizada, entre tantas outras incursões pela região, ainda que não completamente exaustiva, porque algumas áreas, como já foi observado aqui, deixaram de ter uma avaliação mais acurada talvez, mas isso não diminui, não retira a conclusão geral a que me referi, a de que estamos muito seguros em relação a ela, porque nós, de fato, estamos desafetando algumas áreas.

Por diferentes razões históricas, talvez em outras circunstâncias, poderíamos até avaliar por que chegamos a essa situação. Se o próprio poder público, àquela altura em que a unidade foi criada, tivesse adotado as medidas necessárias para a consolidação, talvez pudéssemos ter outra situação hoje. Mas o fato é que, diante desse quadro, tão recorrente, somos cobrados pela opinião pública, pelo próprio Ministério. Não há como tapar o sol com a peneira, nós temos que fazer toda uma autocrítica com relação a como o poder público, como o Estado tem implementado essas unidades de conservação. Muitas vezes, pela ausência de medidas concretas, leva a situações de conflito? Custa-nos muito mais remediar, no segundo momento, do que atacar a questão desde o início, implementar a unidade.

Eu dizia que essas alterações que estão sendo feitas, a exclusão de determinadas áreas, como demonstrado aqui, e a inclusão de outras, substituem



áreas que estão ocupadas, antropizadas, modificadas. Têm baixo valor biológico, do ponto de vista da conservação e também em termos de outros atributos naturais atrativos, que fazem parte da proposta de um parque para visitação, para uso, para pesquisa. Já não cumprem mais o seu papel. Outras áreas, além do seu valor, da biodiversidade, têm uma série de outros atributos paisagísticos, têm beleza cênica, que complementam, digamos assim, um perímetro, um desenho, que faz com que o parque retome a sua vocação, com base na qual foi criado.

Agora, evidentemente, se essa alteração for feita nos termos do que está sendo proposto aqui, incluindo essas novas contribuições, fazendo esses ajustes, assegurando a proteção das nascentes, e continuarmos do jeito que estamos, possivelmente, mais à frente, vamos nos deparar de novo com uma situação conflituosa.

Esta é a questão fundamental, mas não quero me alongar nisto. Esse ajuste que está sendo feito no perímetro não só muda a qualidade da área do ponto de vista físico, biológico, natural, mas também cria uma situação institucional para que o ICMBio, inclusive na relação com outros órgãos do Governo Federal e do Governo do Estado — é fundamental que participe da gestão dessas unidades —, estabeleça, de fato, uma política para o desenvolvimento daquela região.

Nela, o parque terá um papel fundamental, que, inclusive, acrescenta a essa produção um valor adicional, se for uma produção que gradativamente transite também para bases verdadeiramente sustentáveis no âmbito da propriedade, como propunha o Deputado. Se há produção, seja de grãos, seja de qualquer outro produto, numa relação de harmonia com uma unidade de conservação, ajudando a proteger essa área e se beneficiando dos serviços ambientais dessa área, essa produção se torna diferenciada. Nada impede que, num futuro próximo, possa haver ali programas de certificação ambiental, que vão agregar ainda mais valor comercial a essa produção.

Creio que estamos numa situação extremamente importante, que deve ser valorizada ao extremo. Como eu disse, estabelecemos um novo contrato entre a sociedade e a própria natureza, uma nova relação entre os órgãos responsáveis pela gestão, os produtores e o poder público local. Todos passam a perceber naquela unidade de conservação — nesse caso, um parque — um elemento



constitutivo da própria realidade local, numa relação muito imbricada, de interdependência.

Eu digo com isso que, levando em consideração o que também sugere o nosso colega da OAB, tendo presentes as considerações críticas, no sentido positivo, do Ministério Público, que também nos provoca no sentido de se avançar no limite daquilo que pode ser bom para todos, talvez estejamos muito próximos, mesmo que ainda não tenhamos chegado a uma proposta definitiva, de ter condições de celebração, de trânsito pelos corredores e pelo plenário do Congresso Nacional de cabeça erguida, de comparecimento perante a população local e também de manifestação perante a opinião pública brasileira no sentido de que o ajuste que está sendo feito nessa unidade de conservação não é, como reclamou justamente aqui o Procurador Gisi, para desconstituir ou diminuir uma unidade. É para corrigir não apenas um limite físico, mas para reposicionar esse parque nacional, essa unidade de conservação num outro patamar, de outra qualidade, numa outra situação, em que, definitivamente, haverá não só uma nova postura dos órgãos responsáveis pela sua gestão, mas todo um engajamento da população local para sua implementação.

É essa a convicção que nós temos. Não estamos, em absoluto, perdendo em área. Isso não é significativo e determinante em muitos casos, porque o que vale mais é o valor integral dessa unidade. Mas, nesse caso, sequer estamos perdendo área. Vamos crescer simbolicamente algo e vamos incorporar um valor ecológico, biológico, natural muito expressivo para o parque nacional, criando também condições para que a produção ocorra ali sem esse constrangimento. Está certo?

Esse é, portanto, o entendimento que o Instituto Chico Mendes tem.

Se houver ainda alguma sugestão, que o Sr. Relator, com o proponente, possa recolhê-la, assim como a nossa contribuição e todas as outras trazidas aqui, e fazer os ajustes possíveis.

Lembraria uma última questão sobre o uso dessas áreas na chapada dos arenitos, lá no alto. O parque, definidos os seus limites, coordenadas e linhas, exige que se defina também uma zona de amortecimento, que vai ser estabelecida no próprio plano de manejo. Nós já aproveitamos o embalo agora e vamos sair com o calendário de trabalho aqui para fazer esse plano de manejo, que tem de ser feito.





No plano de manejo, zona de amortecimento não é unidade de conservação. Não proíbe as atividades nessa zona, que pode ser de 2, 3 ou 5 quilômetros. O plano de manejo é que estabelece isso. Mas vamos dizer que, dentro dessa zona de amortecimento, haja uma atividade agrícola de produção. Vamos então estabelecer regras, com os produtores participando disso. Não é algo de cima para baixo. Que se coloquem restrições relacionadas a uso de veneno, práticas produtivas, plantio direto, itens que não só ajudem a melhorar o manejo da terra, do solo — o próprio Deputado já sugeriu isso aqui —, mas que também agreguem proteção ao conjunto desse entorno representado pela zona de amortecimento.

A zona de amortecimento, portanto, é um instrumento de planejamento que está a nosso favor também, permite conciliar as atividades produtivas com determinados cuidados. A técnica está à disposição. Vamos envolver nisso a EMBRAPA e quem for preciso, para ajudar a criar o melhor modelo de produção nessa zona de amortecimento. De acordo?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Sr. Presidente, o Dr. Marcelo, do Instituto Chico Mendes, é que tem as coordenadas.

O senhor poderia pedir a ele para dar as coordenadas. Foi ele quem fez o trabalho. Seria uma ajuda.

**O SR. ROBERTO RICARDO VIZENTIN** - As coordenadas são essas propostas no projeto.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - São as que estão aí?

**O SR. ROBERTO RICARDO VIZENTIN** - Sim. Não há dificuldade de que ele complemente algum tipo de informação, se o senhor desejar. Mas não há outra proposta. A proposta sempre foi do senhor, nesse diálogo, nessa construção.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Certo.

**O SR. ROBERTO RICARDO VIZENTIN** - Não há proposta A ou B. Há o substitutivo do Relator e as novas sugestões que todos estamos recepcionando de muito bom grado.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Perfeito. Está ótimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paes Landim) - Eu quero agradecer a todos que aqui compareceram. Agradeço ao Ministério Público e, especialmente, ao nobre



Presidente do Instituto Chico Mendes. Meus agradecimentos ao Prefeito de Barreiras, ao Presidente da Associação dos Produtores, ao nosso Secretário, ao Prefeito de Correntes, no Piauí.

Foi uma tarde rica. Ressalto a presença do Dr. Marcus Vinicius, da OAB. Ele me ligou preocupado, disse que estava sabendo que o parque seria diminuído. Fiz questão de que estivesse presente nesta audiência, fiz questão de pedir a sua inclusão, exatamente para evitar qualquer “curto-circuito” de informação, em se tratando desta importante entidade, a Ordem dos Advogados do Brasil.

Antes de encerrar esta audiência pública, lembro que amanhã, quarta-feira, esta Comissão de Meio Ambiente realizará reunião ordinária deliberativa, às 10 horas, no Plenário 2 deste anexo.

As apresentações dos palestrantes desta audiência pública estarão ao dispor dos interessados na página desta Comissão na Internet, no *link* “Eventos”.

Agradeço novamente aos convidados, Parlamentares e demais participantes a presença.

Boa tarde a todos.

Está encerrada esta reunião de audiência pública. (*Palmas.*)